

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.704 - MG (2018/0320686-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **TRANSTORRES LTDA**  
**ADVOGADO** : **MARCOS VINÍCIUS DE OLIVEIRA MACIEL - MG107740**  
**AGRAVADO** : **SOMPO SEGUROS S.A.**  
**ADVOGADOS** : **EULER DE MOURA SOARES FILHO E OUTRO(S) - MG045429**  
**RITA ALCYONE PINTO SOARES - MG056783**  
**AMELIA APARECIDA FARIA OLIVEIRA GUIMARAES -**  
**MG073307**  
**MARCELO AUGUSTO FERREIRA BRANDAO - MG077152**  
**ANDRE LUIZ LIMA SOARES - MG101332**  
**TIAGO DE MIRANDA - MG101324**  
**ANA LUIZA CAIXETA BOVENDORP - MG183940**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL PORVENTURA VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Transtorres Ltda. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Verifica-se que a agravante ajuizou ação cautelar de exibição de documentos, julgada procedente.

Interposta apelação pela agravada, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acolheu a preliminar de falta de interesse de agir e julgou extinto o feito sem resolução de mérito, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 415):

APELAÇÃO CÍVEL – MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA O AJUIZAMENTO DA DEMANDA - FALTA DE INTERESSE DE AGIR – CONFIGURADA - EXTINÇÃO DO FEITO – MEDIDA QUE SE IMPÕE. Segundo a orientação do STJ, consolidada no REsp 1.349.453/MS, julgado sob a ótica de recurso repetitivo (art. 543-C, do CPC/1973), aplicado por analogia aos contratos de seguro,

a propositura de ação cautelar de exibição de documentos somente é possível se a parte autora comprovar, concomitantemente: a) a existência de relação jurídica entre as partes; b) o prévio pedido administrativo não atendido em prazo razoável. Assim, se a parte autora não comprovou o prévio pedido administrativo não atendido em prazo razoável, já que ajuizou a presente demanda antes de razoáveis trinta dias daquele, resta configurada a sua falta de interesse de agir, o que impõe a extinção do processo sem resolução do mérito.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, a recorrente alegou existência de divergência jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, a inaplicabilidade, ao caso, por analogia, do entendimento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no Resp n. 1.349.453/MS, julgado sob o rito de recursos repetitivos, haja vista que este é inerente a contratos bancários, advindos de processos em que se discute os índices dos expurgos inflacionários dos depósitos em cadernetas de poupança afetados pelos Planos Econômicos, matéria totalmente distinta da que se discute nos autos.

Contrarrazões às fls. 499–506 (e-STJ), com pedido de majoração da verba sucumbencial.

O processamento do recurso especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta não apresentada, fl. 530 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

O inconformismo não merece conhecimento, tendo em vista que a demandante não indicou nenhum dispositivo de lei federal que fora porventura violado ou objeto de interpretação divergente a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência.

Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, por analogia, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que se demonstre de forma clara os

dispositivos apontados como malferidos ou interpretados distintamente de outro tribunal pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 07 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. **O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.**

2. O Tribunal de origem concluiu, após análise das provas dos autos, que não é cabível a indenização por danos morais no presente caso, uma vez que não se vislumbrou, no caso concreto, qualquer violação a direito da personalidade do recorrente. Alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame do conjunto - fático probatório dos autos, o que é vedado em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1610194/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017 - sem grifo no original )

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se.

Brasília-DF, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator